

Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

LEI Nº 70 /2002  
De 03 de Maio de 2002

Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores  
Públicos Município de São Miguel do Aleixo.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Aleixo, Estado Sergipe, faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Esta Lei institui o regime jurídico dos Servidores do Município de São Miguel do Aleixo - Estado de Sergipe.

**Art. 2º** - Para os efeitos deste Estatuto, funcionários é a pessoa legalmente investida em cargo público.

**Art. 3º** - Cargo público é o conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades cometidas ao funcionário.

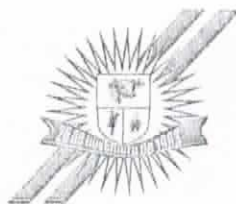
**Art. 4º** - Os cargos são considerados de carreira ou isolados.

§ 1º - São de carreira os que se integrem em classes e correspondem a profissão, ou atividade com denominação própria.

§ 2º - São isolados os que não se podem integrar em classes e correspondem a certa e determinada função.

**Art. 5º** - Classe é o agrupamento de cargos que, por lei, tenham idêntica denominação, o mesmo conjunto de atribuições e responsabilidade e o mesmo padrão de vencimento.

§ 1º - As atribuições e responsabilidades pertinentes a cada classe serão descritas em regulamento, incluindo, entre outras, as seguintes indicações: *denominação, código, descrição sintética, exemplos típicos de tarefas, qualificação mínima para exercício do cargo e, se for o caso, requisito legal ou especial.*



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

§ 2º - Respeitada essa regulamentação, aos funcionários da mesma carreira podem se cometidas as atribuições de suas diferentes classes.

§ 3º - É vedado atribuir ao funcionário encargos ou serviços diversos dos de sua carreira ou cargo, salvo o disposto no art. 44.

**Art. 6º** - Carreira é a série de classe, escalonadas segundo o nível de complexidade das atribuições e grau de responsabilidade.

**Art. 7º** - Não haverá equivalência entre as diferentes carreiras, quanto às suas atribuições dos funcionários.

§ 1º - É verdade a vinculação ou equiparação de qualquer natureza para efeito de remuneração do pessoal do serviço público municipal.

§ 2º - Haverá igualdade de denominação dos cargos equivalentes e paridade de vencimento e vantagens entre os funcionários da Prefeitura e da Câmara Municipal.

**Art. 8º** - Quando á o conjunto de carreiras e cargos isolados.

LIVRO I

Da investidura, do exercício e da vacância dos cargos públicos.

TÍTULO I

Do Provimento

CAPÍTULO I

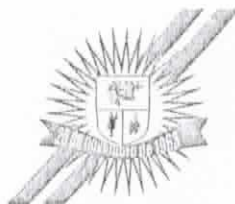
Das Formas e dos Requisitos do Provimento

**Art. 9º** - Os cargos públicos serão providos por:

- I - nomeação;
- II - promoção;
- III - transferência;
- IV - reintegração;
- V - readmissão;
- VI - renovação; e
- VII - aproveitamento.

**Parágrafo Único** - O provimento dos cargos públicos da Prefeitura é de competência privada do Prefeito.

**Art. 10º** - Só poderá ser investido em cargo públicos municipal quem satisfazer os seguintes requisitos:



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

- I – ser brasileiro;
- II – ter completo 18 (dezoito) anos de idade;
- III – estar no gozo dos direitos políticos;
- IV – estar quite com as atribuições militares;
- V – ter boa conduta;
- VI – gozar boa saúde, comprovada em exame médico;
- VII – possuir aptidão para exercício da função;
- VIII – ter-se habilitado previamente em concurso, ressalvadas as exceções previstas em lei;
- IX – ter atendido às condições especiais prescritas em lei ou regulamento para determinados casos ou carreiras.

CAPÍTULO II  
Da Nomeação

SECÇÃO I  
Das Formas de Nomeação

Art. 11º - A nomeação será feita:

- I – em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de carreira ou isolado;
- II – em comissão, quando se tratar de cargo isolado que, em virtude de lei, assim deva ser provido.

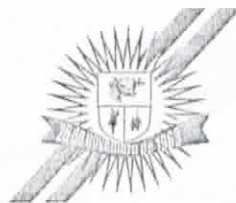
SECÇÃO II  
Do Concurso

Art. 12º - A nomeação, para cargo que deva ser provido em caráter efetivo, depende da habilitação prévia em concurso público de provas, ou de provas e títulos, respeitada a ordem de classificação dos candidatos aprovados e vedadas qualquer vantagens entre os concorrentes.

Parágrafo Único – os cargos de provimento em comissão (art. 11, II) são de livre nomeação e exoneração.

Art. 13º - Poderá inscrever-se no concurso quem tiver o mínimo de 18 (dezoito) anos de idade.

Art. 14º - Encerradas as inscrições, legalmente processadas para o concurso à investidura em qualquer cargo, não se abrirão novas antes de sua realização.



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Art. 15º** - Os concursos serão julgados por comissão em que pelo menos um dos membros seja estranho ao serviço público municipal.

**Art. 16º** - O prazo de validade dos concursos será fixado no edital respectivo, até o máximo de dois anos.

**Art. 17º** - O concurso deverá ser homologado pelo Prefeito em 90 dias a contar do encaminhamento das provas.

SECÇÃO III  
Do Estágio Probatório

**Art. 18º** - O funcionário nomeado em caráter efetivo fica sujeito ao estágio probatório de dois anos de exercício ininterrupto, em que serão apurados os seguintes requisitos:

- I - eficiência;
- II - idoneidade moral;
- III - aptidão;
- IV - disciplina;
- V - assiduidade;
- VI - dedicação ao serviço.

§ 1º - Os chefes de repartição ou serviço, em que sirvam funcionários sujeitos a estágio probatório, quatro meses antes do término deste, informarão, reservadamente, ao órgão de Pessoal competente, sobre os requisitos previstos neste artigo.

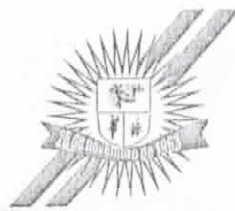
§ 2º - Em seguida, o órgão de Pessoal formulará parecer escrito, opinando sobre o merecimento do estágio em relação a cada um dos requisitos, concluindo a favor ou contra a confirmação do funcionário.

§ 3º - Desse parecer, se contrário à confirmação, será dada vista ao estagiário pelo prazo de 10 (dez) dias.

§ 4º - Julgando o parecer e a defesa, o Prefeito decretará a exoneração do funcionário, se achar aconselhável; ou o confirmará, se sua decisão for favorável à permanência do funcionário.

**Art. 19º** - A apuração dos requisitos, de que trata o artigo anterior, deverá processar de modo que a exoneração do funcionário possa ser feita antes de findo o período do estágio.





Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Parágrafo Único** – Findo o estágio, com ou sem pronunciamento, o funcionário se tornará estável.

**CAPÍTULO III**  
Das Promoções

**Art. 20º** - As promoções far-se-ão de classe para classe obedecendo o critério de antiguidade e de merecimento, alternadamente.

§ 1º - O merecimento apurar-se-á pela concorrência dos requisitos:

I – eficiência;

II – dedicação;

III – assiduidade;

IV – títulos e os comprovantes de conclusão ou frequência de cursos, seminários, simpósios, relacionados com a administração municipal;

V – trabalhos e obras publicadas.

§ 2º - Quando ocorrer empate na classificação por antiguidade na classe, terá preferência o funcionário de maior tempo de serviço municipal; ainda empate, o de maior tempo de serviço público, o de maior prole e o mais idoso, sucessivamente.

§ 3º - Havendo fusão de classes, a antiguidade abrangerá o efetivo exercício na classe anterior.

**Art. 21º** - As promoções serão realizadas de doze em doze meses, havendo vaga.

§ 1º - Quando não decretada no prazo legal, a promoção produzirá seus efeitos a partir do último dia do respectivo ano.

§ 2º - Para todos os efeitos, será considerado promovido o funcionário que vier a falecer sem que tenha sido decretada, no prazo legal, a promoção que cabia por antiguidade.

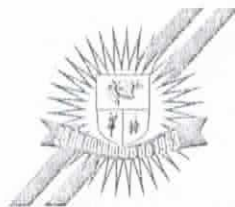
§ 3º - Ao funcionário afastado para tratar de interesse particular, somente se abonarão as vantagens decorrentes da promoção a partir da data da reassunção.

**Art. 22º** - Será declarada sem efeito a promoção indevida e, no caso, provido quem de direito.

§ 1º - Os efeitos desta promoção retroagirão à data que for anulada.

§ 2º - O funcionário, promovido indevidamente não ficará obrigado à restituição, salvo hipótese de dolo ou má fé do interessado.

**Art. 23º** - Não concorrerão à promoção os funcionários que não tiverem,



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

pelo menos, um ano de efetivo exercício na classe, salvo se nenhum preencher as exigência.

**Parágrafo Único** – em nenhum caso será promovido o funcionário em estágio probatório.

**Art. 24º** - É vedada ao funcionário pedir, por qualquer forma, sua promoção.

**Parágrafo Único** – Ao funcionário é assegurado o direito de recorrer das promoções, quando entender tenha sido preterido.

**Art. 25º** - As promoções serão efetuadas por Comissão Especial, nomeada pelo Prefeito.

**Parágrafo Único:** as normas para o processamento das promoções serão objeto de regulamento.

CAPÍTULO IV  
Da Transferência

**Art. 26º** - O funcionário pode ser transferido de uma carreira para outra da mesma denominação, ou de um cargo isolado para outro da mesma natureza.

§ 1º - A transferência far-se-á:

- I – a pedido do funcionário, atendido a conveniência do serviço;
- II – de ofício, no interesse da administração;

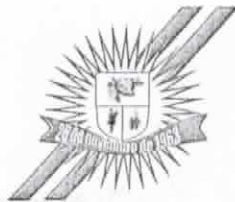
§ 2º - Equivale a nomeação, dependendo sua efetivação da observância dos requisitos desta lei (art. 11 a 19), a transferência de funcionários:

- I – de uma carreira para outra de denominação diversa;
- II – de um cargo de carreira para um cargo isolado;
- III – de um cargo isolado para um cargo de carreira.

**Art. 27º** - A transferência, de que trata o art.26, §1º, far-se-á para cargo de igual vencimento ou remuneração, e somente será concedida ao funcionário que contar no mínimo um ano de efetivo exercício na classe ou no cargo isolado.

**Parágrafo Único** – Nesse caso, a transferência para cargo de carreira obedecerá as seguintes condições:

- I – se for a pedido, só poderá ser feita para vaga a ser provida por merecimento;
- II – não poderá exceder de um terço de cada classe;
- III – só poderá efetivar – se no mês seguinte ao das promoções.



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

CAPITULO V  
Da Reintegração

**Art. 28º** - A reintegração que decorrerá de decisão judicial passada em juízo, é o reingresso no serviço público, com ressarcimento dos vencimentos atinentes ao cargo.

**Art. 29º** - A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado; se este houver sido transformado, no cargo resultante da transformação e, se extinto, em cargo de vencimento ou remuneração e funções equivalentes, atendidas a habilitação profissional.

**Parágrafo Único** – Não sendo possível atender ao disposto neste artigo, ficará o reintegrado em disponibilidade, aplicando-se os arts. 86 e 87.

**Art. 30º** - O funcionário que estiver ocupando o cargo objeto de reintegração será exonerado, ou de ocupava outro cargo municipal, a este reconduzindo, sem direito à indenização.

**Art. 31º** - O funcionário reintegrando será submetido a exame médico e aposentado quando incapaz.

CAPÍTULO VI  
Da Readmissão

**Art. 32º** - Readmissão é o reingresso do funcionário demitido ou exonerado no serviço público municipal sem direito a ressarcimento do prejuízo.

§ 1º - A readmissão de fará por ato administrativo e dependerá de prova de capacidade, mediante exame médico.

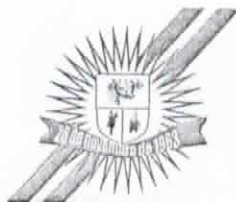
§ 2º - O readmitido contará o tempo de serviço público anterior para efeito de disponibilidade e aposentadoria.

**Art. 33º** - Respeitada a habilitação profissional, a readmissão far-se-á na primeira vaga a ser provida por merecimento.

**Parágrafo Único** – A readmissão far-se-á, de preferência, no cargo anteriormente ocupando ou em outro de atribuições análogas e de vencimentos ou remuneração equivalente.

CAPÍTULO VII  
Da Reversão





Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Art. 34º** - Reversão é o reingresso do aposentado no serviço público municipal, após verificação, em processo, de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria.

§ 1º - A reversão far-se-á a pedido ou de ofício, atendido sempre o interesse público.

§ 2º - A reversão depende de exame médico, em que fique provada a capacidade, para o exercício da função.

**Art. 35º** - Respeitada a habilitação profissional, a reversão far-se-á, de preferência, no mesmo cargo anteriormente ocupado ou em outro de atribuições análogas.

§ 1º - A reversão de ofício nunca poderá ser feita para cargo de vencimento ou remuneração inferior ao provento de revertido.

§ 2º - A reversão, a pedido, somente poderá ser feita no mesmo cargo ou em cargo a ser provido por merecimento.

**Art. 36º** - A reversão não dará direito, para nova aposentadoria e disponibilidade, à contagem do tempo em que o funcionário esteve aposentado.

CAPÍTULO VIII  
Do Aproveitamento

**Art. 37º** - Aproveitamento é o reingresso no serviço público do funcionário em disponibilidade (art. 86).

§ 1º - o aproveitamento dependerá de prova de capacidade, mediante exame médico.

§ 2º - Provada, em exame médico a incapacidade definitiva, será decretada a aposentadoria do funcionário no cargo em que foi posto em disponibilidade.

**Art. 38º** - Se dentro dos prazos legais, o funcionário não tomar posse ou não entrar em exercício no cargo em que houver sido aproveitado, será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade, com perda de todos os direitos de sua anterior situação.

**Art. 39º** - Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo de disponibilidade e, no caso de empate, o de maior tempo de serviço público.

CAPÍTULO IX  
Das Mutações Funcionais

Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo





Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

SECCÃO I  
Da Função Gratificada

**Art. 40º** - Função gratificada é a instituída em lei para atender a encargo de chefia e outros que não justifiquem a criação de cargo.

**Art. 41º** - O desempenho de função gratificada será atribuída ao funcionário mediante ato expresso do Prefeito.

**Art. 42º** - A gratificação será percebida cumulativamente com o vencimento ou remuneração do cargo, do que for titular ou gratificado.

**Art. 43º** - Não poderá a gratificação o funcionário que se ausentar em virtude de férias, luto, casamento, licenças para tratamento de saúde ou à gestante, serviços obrigatórios por lei ou atribuições regulares decorrentes de seu cargo ou função.

SECCÃO II  
Da substituição

**Art. 44º** - Haverá substituição no impedimento do ocupante de cargo de direção ou chefia de provimento efetivo ou em comissão e de função gratificada.

**Parágrafo Único** – No mês de dezembro de cada ano será organizada e publicada pelos chefes de Serviço a relação de substitutos para o ano seguinte.

**Art. 45º** - O substituto perceberá o mesmo vencimento do substituído, sem as vantagens pessoais.

SECCÃO III  
Da Readaptação

**Art. 46º** - Readaptação é a investidura em cargo ou função mais compatível com a capacidade do funcionário e dependerá sempre do exame médico.

**Art. 47º** - A readaptação não acarretará diminuição, nem aumento de vencimento ou remuneração, e será feita mediante transferência, não se aplicando, neste caso, o disposto no art. 26, § 2º.

SECCÃO IV  
Da Remoção e da Permuta



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Art. 54º** - São competentes para dar posse:

I - o Prefeito ou o Secretário da Prefeitura, os diretores de departamento ou de serviços;

II - os diretores de departamento ou de serviço, aos chefes e demais funcionários a eles subordinados.

**Art. 55º** - A autoridade que der posse deverá verificar, sob pena de responsabilidade, se forem satisfeitas as condições estabelecidas em lei ou regulamento para a investidura no cargo ou na função gratificado.

**Art. 56º** - A posse deverá verificar-se dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do ato de provimento.

§ 1º - Esse prazo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, por solicitação escrita do interessado e mediante ato fundamentado da autoridade competente para dar posse.

§ 2º - O termo inicial de posse para o funcionário em férias, ou licenciado, excerto no caso de licença para tratar de interesse particular, será o da data em que volta ao serviço.

**Art. 57º** - O ato de provimento será tornado sem efeito por decreto, se a posse não se der dentro do prazo inicial ou de prorrogação, na forma prevista no artigo anterior.

**Art. 58º** - O funcionário nomeado para o cargo cujo provimento depende de fiança não poderá entrar em exercício sem prévia satisfação dessa exigência.

§ 1º - Será sempre exigida fiança de funcionário que tenha dinheiro público sob sua guarda ou responsabilidade.

§ 2º - O funcionário responsável por alcance ou desvio não ficará isento de responsabilidade administrativa, ainda que o valor de fiança cubra os prejuízos verificados.

### CAPÍTULO III

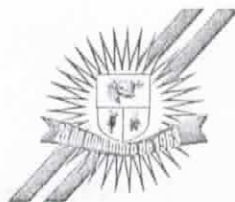
#### Do Exercício

#### SECÇÃO I

#### Do Exercício em Geral

**Art. 59º** - O exercício é a prática de atos próprios do cargo ou da função pública.

**Parágrafo Único** - O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do funcionário.



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Art. 48º** - A remoção, a pedido ou de ofício far-se-á:

I - de um para outro setor, serviço, departamento ou secretaria;

II - de um para outro órgão do mesmo setor, serviço, departamento ou secretaria;

§ 1º - A remoção prevista no item I será feita por decreto do Prefeito; a prevista no item II será feita por ato do diretor do setor, do serviço, do departamento ou do secretário.

§ 2º - A remoção só poderá ser feita respeitada a lotação de cada órgão, setor, serviço, departamento ou secretaria.

**Art. 49º** - A permuta será processada a pedido escrito de ambos os interessados, respeitados os requisitos da remoção.

SECÇÃO V  
A Lotação e da Relotação

**Art. 50º** - Entende-se por lotação o número de funcionário de cada carreira e de cargos isolados que devem ter exercício em cada órgão, setor, serviço, departamento ou secretaria.

**Art. 51º** - Relotação é a transferência do cargo de carreira ou isolado de uma repartição para outra.

**Parágrafo Único** - A relotação depende de lei.

TÍTULO II  
Da Posse e do Exercício

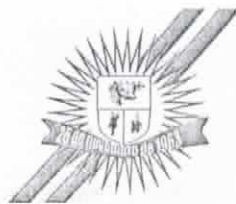
CAPÍTULO I  
Da Posse

**Art. 52º** - Posse é a investidura do cidadão em cargo público, ou em função gratificada.

**Parágrafo Único** - Não haverá posse nos casos de promoção, reintegração e designação para o desempenho de função gratificada.

**Art. 53º** - A posse verificar-se-á mediante assinatura, pela autoridade competente e pelo funcionário, de um termo em que este se compromete a cumprir fielmente os deveres e atribuições do cargo ou da função gratificada, e as exigências deste Estatuto.





Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Art. 60º** - O exercício deve ser dado pelo chefe da repartição para a qual foi designado o funcionário.

**Art. 61º** - O exercício terá início no prazo de 30 (trinta) dias contados:

- I - da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração ou designação para o desempenho de função gratificada;
- II - da data da posse, nos demais casos.

§ 1º - A promoção não interrompe o exercício, que será contado na nova classe a partir da data da publicação do ato que promove o funcionário.

§ 2º - O funcionário transferido ou removido, quando legalmente afastado, terá o prazo para entrar em exercício contado a partir do término do impedimento.

§ 3º - Os prazos deste artigo poderão ser prorrogados por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado.

**Art. 62º** - O funcionário nomeado deverá ter exercício na repartição em cuja lotação houver claro.

**Art. 63º** - Nenhum funcionário poderá ter exercício em serviço ou repartição diferente daquela em que estiver lotado, salvo os casos expressos neste Estatuto.

**Art. 64º** - Ao entrar em exercício, o funcionário apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao assentamento individual.

**Art. 65º** - O funcionário que não entrar em exercício no prazo estabelecido neste Estatuto será exonerado do cargo ou dispensado da função gratificada.

SECÇÃO II  
Do Afastamento

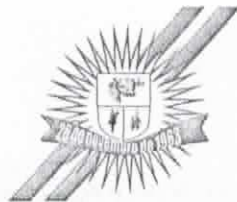
**Art. 66º** - O afastamento do funcionário de sua repartição para ter exercício em outra, por qualquer motivo, só se verificará nos casos previstos neste Estatuto.

**Parágrafo Único** - Só em casos excepcionais e de comprovada necessidade, poderá ser concedido afastamento a funcionário do Município para servir, com ou sem prejuízo de vencimentos, perante órgãos federais ou estaduais.

**Art. 67º** - O funcionário não poderá ausentar-se do município, para estudo ou missão especial, sem autorização do Prefeito.

§ 1º - A ausência não excederá de dois anos e, finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período será permitido novo afastamento.





Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

§ 2º - O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser concedido até quatro anos, se o estudo ou missão for no estrangeiro.

§ 3º - Em qualquer caso, previsto neste artigo, fica o funcionário obrigado a provar que se utilizou do afastamento para o fim a que foi autorizado.

**Art. 68º** - Será considerado afastamento do exercício, até decisão final passada em julgado, o funcionário: (Art. 144, III):

I - preso em flagrante ou preventivamente;

II - pronunciado, ou condenado por crime inafiançável;

III - denunciado por crime funcional, deste o recebimento da denúncia.

SECCÃO III  
Do Regimento de Trabalho

**Art. 69º** - O Prefeito determinará:

I - para repartição, o período de trabalho diário;

II - para cada função, o número de horas diárias de trabalho;

III - para uma outra, o regime de trabalho em turnos consecutivos, quando for aconselhável, indicando o número certo de horas de trabalho exigível por mês.

**Art. 70º** - Salvo exceções previstas em lei especial nenhum funcionário municipal poderá prestar, sob qualquer fundamento, menos de 30 (trinta) horas semanais de trabalho.

**Art. 71º** - O período de trabalho, nos casos de comprovada necessidade, poderá ser antecipado ou prorrogado pelos chefes de repartições ou serviços.

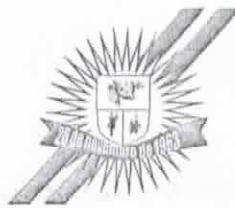
**Parágrafo Único** - No caso de antecipação ou prorrogação deste período, será remunerado o trabalho extraordinário, na forma prevista neste Estatuto.

**Art. 72º** - No interesse da administração e mediante compensação pecuniária adequada, o Prefeito poderá colocar funcionário no Regime de Trabalho Integral (R. T. I.) ou no Regime de Dedicção Profissional Exclusiva (R.D.P.E.).

**Art. 73º** - Todo funcionário ficará sujeito ao ponto que é o registro pelo qual se verificará, diariamente, a entrada a saída do funcionário em serviço.

§ 1º - Nos registros de ponto deverão ser lançados todos os elementos necessários à apuração da freqüência.

§ 2º - Para os Registros de ponto, serão usados, de preferência, meios mecânicos.



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

§ 3º - Salvo os casos expressamente previstos neste Estatuto, é vedado dispensar o funcionário de registro de ponto e abonar falta ao serviço.

SECÇÃO IV  
Das Faltas aos Serviços

**Art. 74º** - Nenhum funcionário poderá faltar ao serviço sem causa justificada.

**Parágrafo Único** – Considera-se causa justificada o fato que, por sua natureza e circunstancia, principalmente pelas conseqüências no currículo da família, possa razoavelmente constituir escusa do não comparecimento.

**Art. 75º** - O funcionário que falta ao serviço fica obrigado a requerer a justificação da falta, por escrito, a seu chefe imediato, no primeiro dia em que comparecer à repartição, sob pena de sujeitar-se a todas as conseqüências resultantes da ausência.

§ 1º - Não poderá ser justificadas as faltas que excederem a vinte e quatro por ano.

§ 2º - O chefe imediato do funcionário decidirá sobre a justificação das faltas até o máximo de doze por ano; a justificativa das que excederem a esse número, até o limite de vinte e quatro, será submetida, devidamente informada por essa autoridade, à decisão de seu superior hierárquico, no prazo de cinco dias.

§ 3º - Para a justificação da falta, poderá ser exigida prova do motivo alegado pelo funcionário.

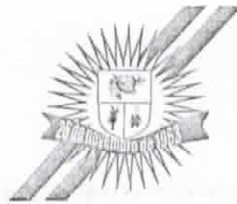
§ 4º - A autoridade competente decidirá sobre a justificação no prazo de cinco dias, cabendo recurso pra a autoridade superior, quando indeferido o pedido.

§ 5º - Decidido o pedido de justificação da falta, será o requerimento encaminhado ao órgão do pessoal para as devidas anotações.

**Art. 76º** - Serão abonadas as faltas, até o máximo de 06 (seis) por ano, desde que não excedem de uma por mês, quando o funcionário, por moléstia ou motivo relevante, se achar impossibilitado de comparecer ao serviço, observadas as condições dos parágrafos seguintes.

§ 1º - A moléstia deverá ser provada por atestado médico, com firma reconhecida, e a aceitação dos outros motivos fica a critério do chefe direto do funcionário.

§ 2º - O funcionário é obrigado a declarar os motivos da ausência no primeiro dia em que comparecer ao serviço, não sendo aceitas as declarações depois desse prazo.



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

§ 3º - O pedido de abono deverá ser feito em requerimento escrito ao chefe imediato do funcionário, que decidirá o plano.

TÍTULO III  
Da Vacância

**Art. 77º** - A vacância do cargo decorrerá de:

- I - exoneração;
- II - demissão;
- III - promoção;
- IV - transferência;
- V - aposentadoria;
- VI - falecimento.

§ 1º - Dar-se-á a exoneração:

- I - a pedido do funcionário;
- II - de ofício:
  - a) quando se tratar de cargo em comissão;
  - b) quando não satisfeitas as condições de estágio probatório;
  - c) quando o funcionário não entrar em exercício no prazo legal (art. 65).

§ 2º - A demissão será aplicada como penalidade.

**Art. 78º** - A vacância da função gratificada decorrerá de:

- I - dispensa, a pedido do funcionário;
- II - dispensa, a critério da autoridade;
- III - dispensa por não haver o funcionário designado assumido o exercício no prazo legal;

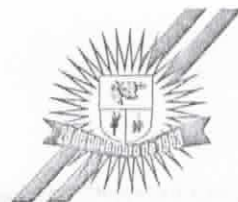
**Parágrafo Único** - A destituição será aplicada como penalidade, nos casos previstos neste Estatuto.

**Art. 79º** - A exoneração e a dispensa, a pedido, podem ser concedidas pelo chefe de setor, serviço, departamento ou secretaria.

LIVRO II  
Das prerrogativas, dos Direitos e das Vantagens

TÍTULO I  
Das Prerrogativas





Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

CAPITULO I  
Do Tempo de Serviço

**Art. 80º** - Será feita em dias a apuração do tempo de serviço.

§ 1º - O número de dias será convertido em anos, considerados de 365 dias.

§ 2º - Feita a conversão, os dias restantes, até 182, não serão computados; para efeito de aposentadoria, será arredondado, para um ano, o número excedente de 182 dias.

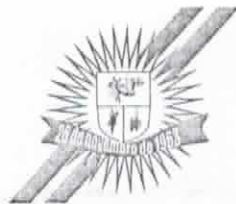
**Art. 81º** - Será considerado de efetivo exercício o afastamento em virtude de:

- I - férias;
- II - casamento, até 08 (oito) dias;
- III - luto até 08 (oito) dias por falecimento de conjuge, pais, descendentes, irmão e sogros;
- IV - luto, até 02 (dois) dias por falecimento de tios, cunhados, padrasto, madrasta, genro e nora.
- V - exercício de outro cargo municipal de provimento em comissão;
- VI - convocação para serviço militar;
- VII - júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- VIII - desempenho de função legislativa federal, estadual ou municipal;
- IX - licença-prêmio;
- X - licença a funcionário gestante e a paternidade;
- XI - licença a funcionário acidentado em serviço ou atacado de doença profissional ou moléstia enumerada no artigo 116;
- XII - missão ou estudo noutros pontos do território nacional ou no estrangeiro, quando o afastamento houver sido expressamente autorizado pelo prefeito;
- XIII - provas de competições esportivas quando for autorizado pelo Prefeito;
- XIV - faltas abonadas.

**Art. 82º** - para efeito de aposentadoria e disponibilidade, computar-se-á, integrante:

- I - o tempo de serviço público federal, estadual e municipal;
- II - o período de serviço ativo nas forças armadas;
- III - o tempo de serviço prestado em autarquias municipais, estaduais e federais.
- IV - o tempo em que o funcionário esteja em disponibilidade.





Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Art. 83º** - É vedada a cumulação de tempo de serviço prestado concorrentemente em dois ou mais cargos e funções públicas ou em entidades autárquicas ou paraestatais.

**CAPÍTULO II**  
Da Estabilidade

**Art. 84º** - O funcionário nomeado em caráter efetivo adquire estabilidade após 2 (dois) anos de efetivo exercício.

§ 1º - Ninguém pode ser efetivo ou adquirir estabilidade, se não prestou concurso público.

§ 2º - A estabilidade diz respeito ao serviço público e não o cargo.

**Art. 85º** - O funcionário perderá o cargo:

I - quando estável, em virtude de sentença judiciária passada em julgado ou mediante processo administrativo, em que se lhe tenha assegurado ampla defesa;

II - quando em estágio probatório, somente após observância do art. 18 e seus parágrafos ou mediante inquérito administrativo, quando este de impuser antes de concluído o estágio, assegurado, neste caso, defesa ao interessado.

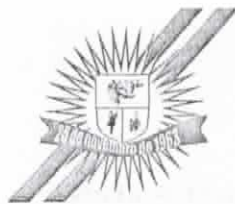
**CAPÍTULO III**  
Da Disponibilidade

**Art. 86º** - Extinguindo-se o cargo, o funcionário estável ficará em disponibilidade com provento igual ao vencimento ou remuneração, até seu aproveitamento em outro cargo equivalente (art. 37 a 39).

**Parágrafo Único** - Restabelecido o cargo, ainda que modifica sua denominação, será obrigatoriamente aproveitado nele o funcionário posto em disponibilidade quando de sua extinção.

**Art. 87º** - O funcionário em disponibilidade poderá ser aposentado (art. 37, § 2º) ou posto à disposição de outro órgão, a ser pedido.

**CAPÍTULO IV**  
Da Reintegração



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Art. 88º** - Invalidez a demissão do funcionário por sentença judicial, se era ele reintegrado e quem lhe ocupava o lugar será exonerado, ou se ocupava outro cargo, a este reconduzido, sem direito a indenização.

§ 1º - A reintegração imposta no ressarcimento de todos os prejuízos do funcionário reintegrado.

§ 2º - O pagamento desses prejuízos deverá ser liquidado dado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de data de reassunção do cargo ou da data da aposentadoria.

CAPÍTULO V  
Da Aposentadoria

**Art. 89º** - O servidor será aposentado:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidentes em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais, nos demais casos;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – voluntariamente:

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) aos trinta anos de efetivo exercício em função de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;

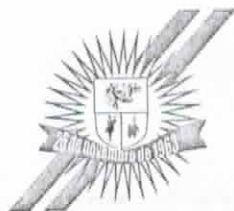
c) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

**Art. 90º** - Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, a e c, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§ 1º - A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 2º - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

**Art. 91º** - Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividades, sendo também estabelecidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividades, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Art. 92º** - O benefício da **pensão por morte** corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no artigo anterior

**Art. 93º** - A aposentadoria por invalidez depende de exame médico só será decretada depois de verificada a impossibilidade de readaptação do funcionário.

**Art. 94º** - É automática a aposentadoria compulsória.

**Parágrafo Único** - O retardamento do decreto que declarar aposentadoria compulsória não impedirá que o funcionário se afaste do exercício no dia imediato ao em que atingir a idade limite.

TÍTULO II  
Dos Direitos e das Vantagens em Geral

CAPÍTULO I  
Das Férias

**Art. 95º** - O funcionário terá direito ao gozo de 30 (trinta) dias consecutivos de férias por ano, de acordo com a escala organizada pelo chefe da repartição.

§ 1º - Somente depois do primeiro ano de exercício em cargo público deste Município, adquirirá o funcionário direito a férias;

§ 2º - Não terá direito a férias o funcionário que durante o período de sua aquisição, permanecer em gozo de licença para tratar de interesse particular;

§ 3º - É proibido levar à conta de férias qualquer falta ao serviço;

§ 4º - O funcionário receberá 1/3 (um terço) de salário mensal durante o período das férias.

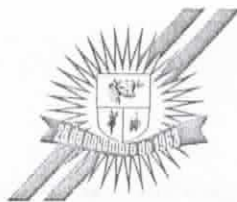
**Art. 96º** - Em casos excepcionais, a critério da Administração, poderão as férias ser concedidas em dois períodos nenhum dos quais poderá ser inferior a 10 (dez) dias.

**Parágrafo Único** - Os membros de uma mesma família de funcionários do Município terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.

**Art. 97º** - É proibida a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade de serviço e pelo máximo de dois anos.

**Art. 98º** - Em caso de exoneração ou demissão do funcionário, ser-lhe-á para a remuneração correspondente ao período de férias, cujo direito tenha adquirido.





Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Art. 99º** - E facultado ao funcionário gozar férias onde lhe convier, cumprindo-lhe, no entanto, comunicar, por escrito, ao chefe da repartição, seu endereço eventual.

**Art. 100º** - O funcionário promovido, transferido ou removido, durante as férias, não será obrigado a apresentar-se antes de terminar-las.

Capítulo II  
Das Licenças

SECÇÃO I  
Disposições Preliminares

**Art. 101º** - Conceder-se-á ao funcionário licença:

- I - para tratamento de saúde;
- II - por motivo de doença em pessoa da família;
- III - para repouso à gestante e a paternidade;
- IV - para prestar serviço militar obrigatório;
- V - por motivo de afastamento do conjugue militar;
- VI - para tratar de interesses particulares;
- VII - como prêmio à assiduidade;
- VIII - para o desempenho de mandato eletivo.

**Parágrafo Único** - Ao ocupante de cargo de provimento em comissão, não se deferirá, nossa qualidade, licença para tratar de interesses particulares.

**Art. 102º** - A licença dependente de exame médico será concedida pelo prazo indicado no laudo ou atestado.

**Parágrafo Único** - Findo o prazo, poderá haver novo exame e o atestado médico concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria.

**Art. 103º** - Terminada a licença, o funcionário reassumirá imediatamente exercício, ressalvo o disposto no parágrafo único do artigo seguinte.

**Art. 104º** - A licença poderá ser prorrogada de ofício ou a pedido.

**Parágrafo Único** - O pedido deverá ser apresentado pelo menos 05 (cinco) dias antes de findo da licença. Se indeferido, contar-se-á como licença o período compreendido entre a data do termino e a do conhecimento oficial do despacho.





Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Art. 105º** - As licenças concedidas dentro de 60 (sessenta) dias, contados do término da anterior, serão consideradas em prorrogação.

**Parágrafo Único** - Para os efeitos deste artigo, somente serão levadas em consideração as licenças da mesma espécie.

**Art. 106º** - O funcionário não poderá permanecer em licença por moléstia, por prazo superior a 04 (quatro) anos.

**Parágrafo Único** - O disposto neste artigo não se aplica aos funcionários em comissão.

**Art. 107º** - Decorrido o prazo estabelecido no artigo anterior, o funcionário será submetido a exame e aposentado, se for o considerado definitivamente inválido, na forma do art. 91.

**Art. 108º** - As licenças por tempo superior a 30 (trinta) dias, só poderão ser concedidas pelo Prefeito; de tempo inferior, poderão ser deferidas por chefes de serviço.

**Art. 109º** - O funcionário em gozo de licença comunicará ao chefe da repartição o local onde poderá ser encontrado.

SECÇÃO II  
Da Licença para Tratamento de Saúde

**Art. 110º** - A licença para tratamento de saúde será a pedido ou de ofício.

§ 1º - Num e noutro caso, é indispensável exame médico.

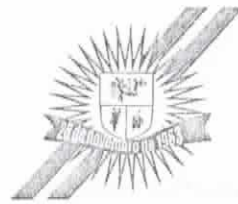
§ 2º - O funcionário licenciado para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a qualquer atividade remunerada, sob pena de ter cassada a licença.

**Art. 111º** - Sempre que possível, o exame, para concessão de licença para tratamento de saúde, será feito por médico oficial do Município, do Estado ou da União.

§ 1º - O atestado ou laudo passado pelo médico ou junta médica particular só produzirá efeito s depois de homologado pelo serviço de saúde do Município, se houver.

§ 2º - As licenças superiores a 60 (sessenta) dias dependerão de exame do funcionário por junta médica.

**Art. 112º** - Será punido disciplinarmente, com suspensão de 30 (trinta) dias, o funcionário que recusar a submeter-se a exame médico, cessando os efeitos da penalidade, logo que se verifique o exame.



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Art. 113º** - Considerando-se apto, em exame médico, o funcionário reassumirá o exercício, sob pena de se apurarem, como faltas injustificadas, os dias de ausência.

**Parágrafo Único** – No curso da licença, poderá o funcionário requerer o exame médico, caso se julgue em condições de reassumir o exercício.

**Art. 114º** - A licença a funcionário atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia ou cardiopatia grave, será concedida, quando o exame médico não concluir pela imediata da aposentadoria.

**Art. 115º** - Será integral o vencimento ou remuneração do funcionário licenciado para tratamento de saúde, acidentado em serviço, atacado de doença profissional ou das moléstias indicadas no artigo superior.

### SECÇÃO III

#### Da licença por Motivo de Doença em pessoa da Família

**Art. 116º** - O funcionário poderá obter licença por motivo de doença de ascendente, descendente, irmão ou conjugue não separado legalmente, provando ser indispensável sua assistência pessoal permanente não podendo esta ser prestada simultaneamente como exercício do cargo.

§ 1º - Provar-se-á a doença, mediante exame médico, na forma prevista no art. 113.

§ 2º - A licença de que trata este artigo será concedida com vencimento ou remuneração integral até um ano, e com dois terços do vencimento ou remuneração, excedendo esse prazo e até dois anos.

§ 3º - Quando a pessoa da família do funcionário se encontrar em tratamento fora do Município, permitir-se-á o exame médico por profissionais pertencentes ao quadro de servidores federais, estaduais ou municipais da localidade.

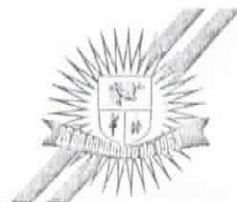
### SECÇÃO IV

#### Da Licença à Gestação e Paternidade

**Art. 117º** - A funcionaria gestante será concedida, mediante exame médico, licença até 04 (quatro) meses, com vencimento ou remuneração.

§ 1º - Salvo prescrição médica em contrário, a licença será concedida a partir do oitavo mês de gestação.

§ 2º - Ao pai funcionário será concedido licença de 07 (sete) dias a luz da apresentação da Certidão de nascimento.



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Art. 118º** - Ao funcionário que for convocado para o serviço militar e outros encargos de segurança nacional, será concedida licença com vencimento ou remuneração integral.

§ 1º - A licença será concedida à vista de documentos oficial que comprove a incorporação.

§ 2º - Do vencimento ou remuneração descontar-se-á a importância que o funcionário perceber na qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar.

§ 3º - Ao funcionário desincorporado conceder-se-á prazo não excedente de 30(trinta) dias, para que reassuma o exercício, sem perda do vencimento ou remuneração.

§ 4º - A licença de que trata este artigo será também concedida ao funcionário que houver feito curso para ser admitido como oficial da conserva das forças armadas, durante os estágios prescritos pelos regulamentos militares, aplicando-se o disposto no § 2º deste artigo.

#### SECCÃO VI

##### Da licença à Funcionária Casada com Militar

**Art. 119º** - A funcionária casada com militar terá direito a licença, sem vencimento ou remuneração, quando o marido for mandado servir fora do Município.

**Parágrafo Único** - A licença será concedida mediante pedido devidamente instruído e vigorará por tempo que durara a nova função do marido.

#### SECCÃO VII

##### Da Licença para Tratar de Interesses Particulares

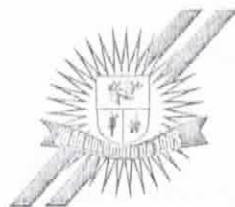
**Art. 120º** - Ao funcionário estável poderá ser deferida licença por tempo nunca excedente de dois anos, sem vencimento ou remuneração, para tratar de interesse particular.

§ 1º - A licença será negada quando o afastamento do funcionário for inconveniente ao interesse público.

§ 2º - O funcionário deverá aguardar em exercício a concessão de licença.

**Art. 121º** - Não será concedida licença para tratar de interesses particulares ao funcionário nomeado, removido ou transferido, antes de assumir o exercício.





Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Art. 122º** - A autoridade, que deferiu a licença, poderá cassá-la e determinar que o licenciado reassuma o exercício, se o exigir o interesse do serviço municipal.

**Parágrafo Único** - O funcionário poderá, a qualquer tempo, reassumir o exercício, desistindo da licença.

**Art. 123º** - Outra licença para tratar de interesses particulares só poderá ser concedida ao mesmo funcionário, após dois anos do término da anterior.

SECÇÃO VIII  
Da licença-prêmio

**Art. 124º** - Ao funcionário que requer será concedido licença-prêmio de 03 (três) meses com todos os direitos de seu cargo, após cada quinquênio de efetivo exercício no serviço.

§ 1º - Para que o funcionário em comissão goze licença-prêmio com as vantagens desse cargo deve ter nele ao menos dois anos de exercício.

§ 2º - Somente o tempo de serviço público prestado ao município será contado para efeito de licença-prêmio.

**Art. 125º** - Não terá direito a licença-prêmio o funcionário que, no período de sua aquisição houver:

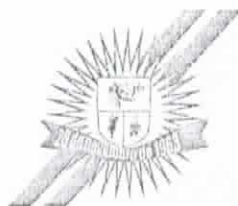
- I - sofrido pena de suspensão;
- II - faltado ao serviço injustificadamente por mais de trinta dias;
- III - gozado licença
  - a) por período superior a cento e oitenta dias consecutivos ou não;
  - b) por motivo de doença em pessoa da sua família por mais de cento e vinte dias consecutivos ou não;
  - c) para tratar de interesses particulares por mais de trinta dias;
  - d) por motivo de afastamento de conjugue militar por mais de três anos.

**Art. 126º** - O pedido de licença-prêmio será instruído com certidão de tempo de serviço, expedida pelo órgão municipal competente.

**Art. 127º** - A licença-prêmio será despachada pelo Prefeito.

**Art. 128º** - A licença-prêmio, a pedido do funcionário, poderá ser gozada por inteiro ou parcelamento.





Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Art. 129º** - E facultado à autoridade competente tendo em vista o interesse da administração, devidamente fundamentado, determinar dentro de 12 (doze) meses seguintes à apuração do direito a data do início do gozo da licença-prêmio, bem decidir se poderá ser concedida por inteiro ou parceladamente.

**Art. 130º** - O funcionário devera aguardar em exercício a concessão de licença-prêmio.

**Art. 131º** - A concessão de licença-prêmio dependerá de novo ato quando o funcionário não iniciar o seu gozo dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação daquele que a deferiu.

### SECÇÃO IX

#### Da licença para o Desempenho de Mandato Eletivo

**Art. 132º** - Será considerado em licença o funcionário público municipal que for eleito para o desempenho de mandato eletivo.

§ 1º - A licença prevista nesse artigo, se não for concedida antes, considerar-se-á automaticamente com a posse no mandato eletivo.

§ 2º - O tempo de serviço do funcionário afastado nos termos deste artigo, só será contado para fins de promoção por antiguidade e aposentadoria.

§ 3º - O funcionário municipal, afastado nos termos deste artigo, só poderá reassumir o exercício do cargo, após o término ou a renúncia do mandato, salvo o disposto no artigo 38 da constituição federal.

**Art. 133º** - O funcionário operante de cargo em comissão será exonerado, a pedido, deste cargo com posse no mandato eletivo.

**Parágrafo Único** - Se o ocupante do cargo em comissão for também titular de um cargo de provimento eletivo, ficará exonerado daquele o licenciado deste na forma prevista no artigo anterior.

**Art. 134º** - O funcionário municipal deverá licenciar-se pelo menos 30 (trinta) dias antes da eleição, a que concorrer, observando o que dispõe a Legislação Eleitoral.

### CAPÍTULO III

#### Da Assistência ao Funcionário



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Art. 135º** - O Município prestará, dentro de suas possibilidades financeiras, assistência ao funcionário e sua família.

**Parágrafo Único** – O plano de assistência compreenderá:

I – assistência médica, dentária, farmacêutica e hospitalar;

II – previdência, seguro e assistência judiciária;

III – financiamento para aquisição de casa própria;

IV – curso de aperfeiçoamento e especialização profissional em matéria de interesse municipal;

V – centro de aperfeiçoamento moral e intelectual para o funcionário e sua família;

VI – centros de recreação, repouso e férias.

**Art. 136º** - A lei regulará as condições de organização e funcionamento dos serviços de assistência referido neste capítulo.

**Parágrafo Único** – Todo funcionário municipal será inscrito em instituição de previdência social mantida pelo Município, ou na falta, no Instituto Nacional de Previdência Social.

#### CAPÍTULO IV

##### Do Direito de Petição e de Recorrer

**Art. 137º** - É assegurado ao funcionário o direito de requerer ou de representar e pedir reconsideração.

§ 1º - O requerimento ou representação será dirigido à autoridade competente para decidi-lo, através do superior hierárquico imediato do requerente ou representante.

§ 2º - O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade de que houver expedido o ato proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

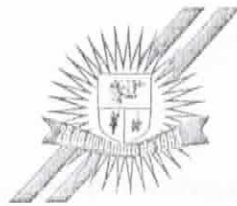
§ 3º - O requerimento ou representação a pedido despachado no prazo de 05 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias improrrogáveis.

**Art. 138º** - É assegurado ao funcionário o direito de requerer das decisões finais que o prejudiquem.

§ 1º - O recurso poderá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias da data de publicação ou da ciência pessoal da decisão recorrível.

§ 2º - O recurso deverá ser despachado no prazo de 05 (cinco) dias da data e decidido no prazo de 60 (sessenta) dias.

**Art. 139º** - O pedido de reconsideração e o recurso não tem efeito suspensivo, e o que for provido terá efeitos retroativos à data do ato impugnado.



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Art. 140º** - O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá:

I – em 05 (cinco) anos, quantos aos atos de que decorrem demissão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

II – em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos.

**Parágrafo Único** – O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição uma só vez, observada a legislação federal sobre a prescrição quinquenal.

TÍTULO III

Dos Direitos e das Vantagens de Ordem Pecuniária

CAPÍTULO I

Do Vencimento ou Remuneração

**Art. 141º** - Vencimento é a retribuição paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo, correspondendo ao padrão fixado em lei.

**Parágrafo Único** – É vedada a prestação de serviço gratuito.

**Art. 142º** - Remuneração é a retribuição paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao padrão fixado em lei, acrescido das vantagens pessoais que seja titular.

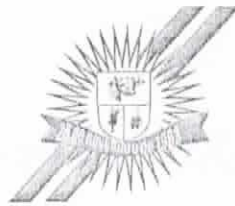
**Art. 143º** - O funcionário, que não estiver no exercício do cargo, somente poderá perceber vencimento ou remuneração nos casos previstos em lei.

**Art. 144º** - O funcionário poderá:

I – o vencimento ou remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, salvo os casos previstos neste Estatuto.

II – um terço do vencimento ou remuneração diária quando comparecer ao serviço, dentro da hora seguinte a marcada para o início dos trabalhos, ou quando se retirar até uma hora antes de findo o período de trabalho.

III – um terço do vencimento ou remuneração durante o afastamento por motivo de prisão em flagrante, preventiva, pronúncia ou condenação por crime inafiançável, denúncia desde seu recebimento, por crime funcional, com direito à diferença se absorvido (art. 68).



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

IV – dois terços do vencimento ou remuneração, durante o período do afastamento em virtude de condenação, por sentença definitiva, a pena que não determine demissão

Art. 145º - O vencimento ou remuneração e o provento do funcionário se poderão sofrer os descontos autorizados em lei.

CAPÍTULO III  
Das Vantagens

SECÇÃO I  
Disposições Gerais

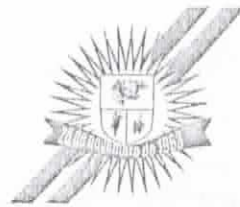
Art. 146º - Além do vencimento ou remuneração, poderão ser deferidas as seguintes vantagens aos funcionários:

- I – diárias;
- II – auxílio para diferença em caixas;
- III – auxílio maternidade;
- IV – auxílio-doença;
- V – salário-família;
- VI – gratificação;
- VII – décimo terceiro salário.

SECÇÃO II  
Das Diárias

Art. 147º - Ao funcionário municipal que, por determinação do Prefeito, se deslocar temporariamente deste Município no desempenho de suas atribuições, ou em missão ou estudo desde que relacionados com a função que exerce, será concedida além, do transporte, diária a título de indenização das despesas de alimentação e pousada, nas bases fixadas em regulamento.





Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Art. 148º** - Ajuda de custo é o auxílio concedido ao funcionário que exceder o horário de trabalho estabelecido em Lei, por interesse da administração pública.

SECÇÃO III  
Do auxílio Maternidade

**Art. 149º** - Será concedido o auxílio maternidade nos termos da legislação especial em vigor.

SECÇÃO IV  
Do Salário-família

**Art. 150º** - O salário-família será concedido a todo funcionário ativo ou inativo:

I – por filhos menores de 18 (dezoito) anos;

II – por filho inválido;

III – por filho estudante, que freqüentar curso secundário ou superior, em instituto de ensino oficial ou particular reconhecido, e que não exerça atividade lucrativa, até a idade de 24 (vinte e quatro) anos.

**Parágrafo Único** – Compreendem-se neste artigo os filhos de qualquer condição, os enteados, os adotivos e o menor que viver sob a guarda e sustento do funcionário.

**Art. 151º** - Quando o pai e a mãe forem funcionários ou inativos e viverem em comum, o salário-família será concedido a um deles.

§ 1º - Se não viverem em comum, será concedido ao que tiver os dependentes sob sua guarda.

§ 2º - Se ambos tiverem, será concedido a um e a outro dos pais, de acordo com a distribuição dos dependentes.

**Art. 152º** - O funcionário e o inativo não obrigados a comunicar ao seu chefe imediato, dentro de 15 (quinze) dias, qualquer alteração que se verificar na situação dos dependentes, da qual decorra supressão ou redução no salário-família.

**Parágrafo Único** – A inobservância desta disposição determinará responsabilidade do funcionário ou do inativo.



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Art. 153º** - O salário-família será pago juntamente com os vencimentos, remuneração, salário ou proventos.

**Art. 154º** - O salário-família será pago independentemente de frequência e produção do funcionário e não poderá sofrer qualquer desconto, nem ser objeto de transação a consignação em folha de pagamento, nem sobre ele será baseada qualquer contribuição.

**Art. 155º** - O valor do salário-família será fixado em lei especial.

**Art. 156º** - É vedado o pagamento de salário-família por dependente, em relação ao qual já esteja percebido o benefício de outra entidade pública federal, estadual ou municipal.

SECÇÃO VI  
Do Auxilia-Doença e do Auxílio-Funerário

**Art. 157º** - Após 12 (doze) meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, em consequência das doenças previstas no art. 114, será concedido ao funcionário um mês de vencimento ou remuneração a título de auxílio-doença.

**Art. 158º** - O tratamento do acidentado em serviço correrá por conta da instituição da previdência social a que estiver filiado.

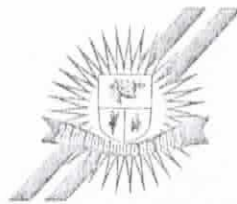
**Art. 159º** - Ao funcionário licenciado para tratamento de saúde poderá ser cedido transporte, inclusive para as pessoas da família.

**Art. 160º** - A família do funcionário falecido em exercício, em disponibilidade ou aposentado, ou a pessoa que provar ter feito as despesas com seu enterro, será concedido, a título de auxílio-funeral, a importância correspondente a 01 (um) mês de vencimento, remuneração ou provento.

**Parágrafo Único** - O pagamento será efetuado pelo Tesouro Municipal, mediante autorização do Prefeito, após apresentação do atestado de óbito e dos documentos comprobatórios das despesas.

SECÇÃO VII  
Das Gratificações

**Art. 161º** - Conceder-se-á gratificação:  
I - pela prestação de serviço extraordinário;



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

- II – pela colaboração em trabalho técnicos ou científicos fora das atribuições normais do cargo;
- III – pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida de saúde;
- IV – pela participação em órgão de deliberação coletiva;
- V – pelo exercício em encargo de auxiliar ou de membro de banca ou comissão de concurso;
- VI – adicional por tempo de serviço;
- VII – como ajuda e custo para cobrir outras despesas.

**Art. 162º** - Terá direito a gratificação por serviço extraordinário o funcionário que for convocado para a prestação de trabalhos fora do horário normal de expediente a que estiver sujeito.

**Art. 163º** - A gratificação pela prestação de serviços extraordinários será determinada pelo chefe do setor (ou pelo diretor do serviço ou departamento) a que estiver subordinado o funcionário convocado.

§ 1º - A gratificação será paga por hora de trabalho prorrogado ou antecipado, na mesma razão percebida pelo funcionário em cada hora de período normal.

§ 2º - Em se tratar de serviço extraordinário noturno, assim entendido ou prestado no período compreendido entre 18 e 6 horas, o valor da hora será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

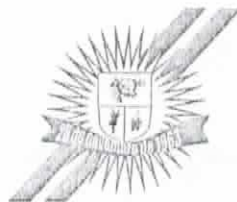
§ 3º - A gratificação ao funcionário, à disposição do gabinete do Prefeito, será por este determinada.

**Art. 164º** - A gratificação pela execução ou colaboração em trabalhos técnicos ou científicos de utilidade para o serviço público municipal, será arbitrada pelo Prefeito após a conclusão dos trabalhos, ou previamente, quando for o caso.

**Art. 165º** - A gratificação pela prestação de trabalho com risco de vida ou saúde depende de lei especial.

**Art. 166º** - A gratificação, prevista nos itens IV e V do art. 163 será fixada pelo Prefeito em cada caso.

**Art. 167º** - O adicional por tempo de serviço, conferido ao funcionário à razão de 5% (cinco por cento) por quinquênio de serviço público municipal, será sempre proporcional aos vencimentos e acompanhar-lhe-á as oscilações.



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

§ 1º - O funcionário fará jus a sexta-parte dos vencimentos ou remuneração ao completar 25 (vinte e cinco) anos do serviço público municipal, a qual será calculada sobre a remuneração.

§ 2º - Os adicionais, de que trata esta artigo, incluindo a sexta-parte referida no parágrafo anterior, incorporar-se-ão aos vencimentos para todos os efeitos e serão pagos juntamente com a remuneração.

SECÇÃO VIII  
Do Décimo Terceiro Salário

Art. 168º - O décimo terceiro salário é devido ao funcionário na aprovação de 1/12 (um doze avos) do vencimento ou remuneração a que fez jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

Art. 169º - A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

Art. 170º - O servidor exonerado perceberá sua gratificação proporcional aos meses de exercício, calculado sobre a remuneração do mês de exoneração.

Parágrafo Único - A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias serão considerados como mês integral.

Art. 171º - A gratificação de que trata esta secção não será considerada para calculo de qualquer vantagem pecuniária.

LIVRO III  
Do Regime Disciplinar

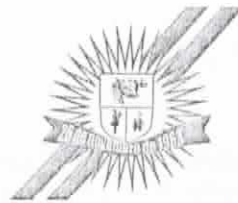
TÍTULO I  
Dos Deveres, das Proibições e das Incompatibilidades

CAPÍTULO I  
Dos Deveres dos Funcionários

Art. 172º - São deveres do funcionário:

I - comparecer à repartição nas horas de trabalho ordinário e nas do trabalho extraordinário, quando devidamente convocado, executando os serviços que lhe competirem.





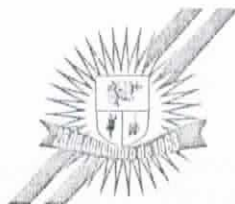
Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

- II – cumprir as ordens superiores, representando quando forem manifestamente ilegais;
- III – desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que for incumbido;
- IV – tratar com urbanidade os companheiros de trabalho e as partes, atendendo-as sem preferências pessoais;
- V – providenciar para que esteja sempre em ordem, no assentamento individual, sua declaração de família;
- VI – manter espírito de solidariedade e de colaboração com os companheiros de trabalho;
- VII – apresentar-se convenientemente trajado em serviço ou com uniforme que for determinado em cada caso;
- VIII – guardar sigilo sobre os assuntos da repartição e sobre os despachos, decisões e providências;
- IX – representar a seu chefe imediato sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento, ocorridas na repartição em que servir, ou às autoridades superiores, por intermédio do respectivo chefe, quando este não tomar em consideração sua representação;
- X – residir no distrito onde exerce o cargo ou em localidade vizinha mediante autorização, se não houver inconveniência para o serviço;
- XI – zelar pela economia do material do Município e pela conservação do que for confiado à sua guarda e utilização;
- XII – atender prontamente, com preferência sobre qualquer outro serviço:
  - a) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;
  - b) à expedição das certidões requeridas para defesa de direitos;
- XIII – apresentar relatórios ou resumos de suas atividades, nas hipóteses e prazos previstos em lei, regulamento ou regimento;
- XIV – sugerir providências tendentes à melhoria a aperfeiçoamento do serviço.

CAPÍTULO II  
Das Proibições

**Art. 173º - Ao funcionário é proibido:**

- I – referir-se, de modo depreciativo, pela imprensa, em informação, parecer ou despacho, às autoridades e atos da administração pública, podendo, porém, em trabalho assinado, apreciá-lo do ponto de vista doutrinário ou de organização do serviço, com o fito de colaboração e cooperação;
- II – retirar-se, sem previa autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- III – atender a pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares;



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

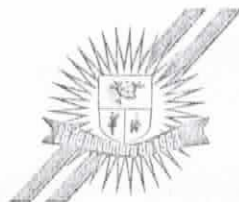
- IV – promover manifestação de apreço ou despacho e fazer circular ou subscrever lista de donativos no recinto da repartição;
- V – vale-se do cargo para lograr provento pessoal;
- VI – coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza partidária;
- VII – praticar a usura em qualquer de suas formas;
- VIII – pleitear como procurador ou intermediário, junto às repartições públicas municipais, salvo quando se trata de percepção de vencimento ou vantagens de parente até 2º grau;
- IX – incitar greves ou a ela aderir, ou praticar atos de sabotagem contra o regime ou serviço público;
- X – receber propinas, comissões, presentes e vantagens de qualquer espécie, em razão das atribuições;
- XI – empregar material do serviço público em serviço particular;
- XII – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de cargo que lhe competir ou a seus subordinados;
- XIII – exercer atribuições diversas das de seu cargo ou função, ressalvados os casos previstos em lei ou regulamento.

CAPÍTULO II  
Das incompatibilidades e das Acumulações

Art. 174º - É incompatível o exercício de cargo ou função pública municipal:

- I – com o exercício cumulativo de outro cargo, função ou emprego municipal, estadual ou federal, bem como em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, salvo os casos previstos na Constituição do Brasil.
- II – com a participação de gerência ou administração de empresas bancárias, industriais e comerciais, que mantenham relações comerciais ou administrativas com o Município, sejam por este subvencionados ou diretamente relacionados com a finalidade da repartição ou serviço em que o funcionário estiver lotado;
- III – como exercício de repartição de Estado estrangeiro;

TÍTULO II  
Da Disciplina



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

CAPITULO I  
Da Responsabilidade

**Art. 175º** - Pelo exercício irregular de suas atribuições, o funcionário responderá civil, penas e administrativas.

**Art. 176º** - A responsabilidade civil decorre de procedimento doloso ou culposo, que importe em prejuízo para a Fazenda Municipal ou para terceiro.

§ 1º - O funcionário será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado a Fazenda Municipal, em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entradas nos prazos legais.

§ 2º - Nos demais casos, a indenização de prejuízos causados a Fazenda Municipal poderá ser liquidado mediante o desconto em folha, nunca excedente a 10ª (décima) parte do vencimento ou remuneração, na falta de outros bens que respondam pela indenização.

§ 3º - Tratando-se de danos causados a terceiros, responderá o funcionário perante a Fazenda Municipal, em ação regressiva, proposta depois de transitar em julgamento a decisão de última instância que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado.

**Art. 177º** - A responsabilidade penal será apurada nos termos de legislação federal aplicável.

**Art. 178º** - O funcionário é administrativamente responsável por seus atos e omissões, perante as autoridades que lhe forem hierarquicamente superiores.

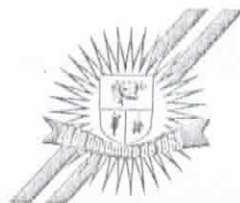
**Parágrafo Único** - A responsabilidade administrativa não exime o funcionário da responsabilidade civil ou penal, que couber, nem do pagamento da indenização a que ficar obrigado.

CAPÍTULO II  
Das Penalidades

SEÇÃO I  
Das Penas e seus Efeitos

**Art. 179º** - São penas disciplinares:





Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

- I – advertência;
- II – repressão;
- III – multa;
- IV – suspensão;
- V – destituição de função;
- VI – demissão;
- VII – cassação da aposentadoria e da disponibilidade.

**Art. 180º** - As penas previstas nos itens II a VII serão sempre registradas no prontuário individual do funcionário.

**Parágrafo Único** – As anistias não implicam o cancelamento do registro de qualquer penalidade, que servirá para apreciação da conduta do funcionário, mas nele se averbará que, por virtude de anistia, a pena deixou de produzir os efeitos legais.

**Art. 181º** - As penas disciplinares terão somente os efeitos declarados em lei.

**Parágrafo Único** – Os efeitos das penas estabelecidas neste Estatuto são os seguintes:

I – a pena de multa implica a perda para efeitos de antiguidades, de tantos dias quanto aqueles que correspondem o vencimento perdidos;

II - a pena de suspensão implica:

a) na perda dos vencimentos ou da remuneração durante o período da suspensão;

b) na perda, para efeitos de antiguidade, de tantos dias quantos tenham durado a suspensão;

c) na impossibilidade da promoção no semestre abrangido pela suspensão;

d) na perda da licença-prêmio na forma prevista neste Estatuto;

e) na perda do direito à licença para tratar de assunto particular no período de um ano a contar da expedição da suspensão, superior a 30 (trinta) dias.

III – a pena de demissão simples importa:

a) na exclusão do funcionário dos quadros do serviço municipal;

b) na impossibilidade de reingresso do demitido ao serviço público municipal antes de decorridos 02 (dois) anos da aplicação da pena.

IV – a pena de demissão qualificada com a nota “a bem do serviço público” importa na exclusão do funcionário e impossibilidade definitiva de seu reingresso nos quadros do serviço público municipal;



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

V – a cassação da aposentadoria e da disponibilidade importa desligamento do funcionário aposentado ou em disponibilidade do serviço público sem direito a qualquer provento.

**Art. 182º** - O funcionário que, dentro de 05 (cinco) anos contados da data da primeira condenação, for por três vezes condenado na pena de multa, ou duas na de suspensão por período que, somados, excedem de 120 (cento e vinte) dias, passará a ocupar o último lugar na escala de antiguidade para efeito de promoção.

**Art. 183º** - Não pode ser aplicada a cada funcionário, pela mesma infração, mais de uma pena disciplinar.

**Parágrafo Único** – A infração mais grave absorve as mais leves.

SEÇÃO II  
Da aplicação das Penas

**Art. 184º** - Na aplicação das penas disciplinares, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os que dela provierem para o serviço público municipal.

**Art. 185º** - A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito do aperfeiçoamento profissional do funcionário.

**Art. 186º** - A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes:

- I – reincidência das infrações sujeitam à pena de advertência;
- II – de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previsto nos incisos VII a XIII do art. 172.

**Art. 187** – A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada:

- I – até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente;
- II – nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão.

**Art. 188º** - A pena de demissão será aplicada nos casos de:

- I – crime contra a administração pública;
- II – abandono do cargo por falta de assiduidade;



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

III – incontinência pública, conduta escandalosa embriagues habitual;  
IV – insubordinação grave em serviço;  
V – ofensa física em serviço contra funcionário ou particular salvo em  
legítima defesa;

VI – aplicação irregular dos dinheiros públicos;  
VII – lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;  
VIII – corrupção passiva nos termos da lei penal;  
IX – transgressão de qualquer dos itens dos artigos 173 e 174, deste  
Estatuto.

§ 1º - considera-se abandono do cargo, ausência do serviço sem justa  
causa, por mais de 30 (trinta) dias úteis consecutivos.

§ 2º - considera-se falta de assiduidade, para os fins deste artigo, a falta  
ao serviço, durante o período de 12 (doze) meses, por mais de 60 (sessenta) dias  
interpoladamente por justa causa.

**Art. 189º** - O ato de demissão mencionará sempre a causa da penalidade  
e seu fundamento legal.

**Parágrafo Único** – Atenta à gravidade da infração, a demissão poderá  
ser aplicada com a nota “a bem do serviço público”.

**Art. 190º** - Será cassada aposentadoria e a disponibilidade se ficar  
provado que o inativo:

I – praticou falta grave no exercício do cargo;  
II – aceitou ilegalmente cargo ou função pública;  
III – aceitou a representação do estado estrangeiro, sem prévia  
autorização do Presidente da República;  
IV – praticou usura em qualquer de suas formas.

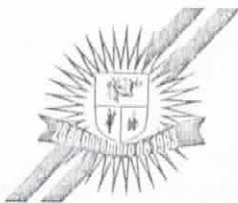
**Parágrafo Único** – Será igualmente cassado a disponibilidade do  
funcionário que não assumir, no prazo legal, o exercício do cargo em que for  
aproveitado.

**Art. 191º** - Para efeito da graduação das penas disciplinares, serão  
sempre tomadas em conta todas as circunstâncias em que a infração tiver sido  
cometida e as responsabilidades do cargo ocupado pelo infrator.

§ 1º - São circunstâncias atenuantes da infração disciplinar, em especial:  
I – o bom desempenho anterior dos deveres profissionais disciplinar, em  
especial:

II – a confissão espontânea da infração;  
III – a prestação de serviços considerados relevantes por lei;  
IV – aprovação injusta de superior hierárquico.





Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

§ 2º - São circunstâncias agravantes da infração disciplinar, em especial:

- I - a combinação com os outros indivíduos para a prática da falta;
- II - o fato de ser cometida durante o cumprimento e pena disciplinar;
- III - a acumulação de infrações;
- IV - a reincidência.

§ 3º - A acumulação dá-se quando duas ou mais infrações são cometidas na mesma ocasião, ou quando uma é cometida antes de ter sido punida a anterior.

§ 4º - A reincidência dá-se quando a infração é cometida antes de passado um ano sobre o dia em que tiver findado o cumprimento da pena imposta em consequência de infração anterior.

Art. 192º - Prescreverá:

I - em 2 (dois) anos, a falta sujeita a repreensão, multa ou suspensão;

II - em 4 (quatro) anos, as faltas sujeitas;

a) à pena de demissão, respeitado o disposto no parágrafo único deste artigo;

b) à cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

Parágrafo Único - A falta também prevista na lei penal como crime, prescreverá juntamente com este.

### SECÇÃO III

#### Da Competência Disciplinar

Art. 193º - A aplicação das penas de advertência e repreensão é da competência de todas as autoridades administrativas em relação a seus subordinados.

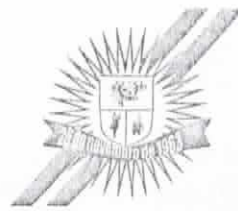
Art. 194º - Além do disposto no artigo anterior, são competentes para a aplicação das penas disciplinares.

I - o Prefeito Municipal nos casos de demissão, cassação da aposentadoria e da disponibilidade, multa e suspensão por mais de 30 (trinta) dias;

II - os Diretores de Departamento (ou serviços de Setores) nos demais casos.

§ 1º - Os superiores hierárquicos são sempre competentes para aplicar penas de competência de seus inferiores.

§ 2º - Nenhum superior poderá delegar a subordinada a sua competência para punir.



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

CAPÍTULO III

Da Prisão Administração e da Suspensão Preventiva

**Art. 195º** - Cabe ao Prefeito ordenar a prisão administrativa de qualquer responsável pelos valores e dinheiros pertencentes à Fazenda Municipal, ou que se acharem sob a guarda desta, nos casos de alcance ou omissão em efetuar as entradas nos devidos prazos.

§ 1º - O Prefeito comunicará o fato imediatamente à autoridade judicial competente para os devidos efeitos e providenciará no sentido de ser realizado, com urgência, o processo de tomada de contas.

§ 2º - A prisão administrativa não poderá exceder a 90 (noventa) dias.

**Art. 196º** - A suspensão preventiva, até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, poderá ser ordenada pelo Prefeito Municipal em despacho motivado, desde que o afastamento do funcionário seja necessário para que este não venha a dificultar a apuração da falta cometida.

**Art. 197º** - O funcionário terá direito:

I - à contagem de tempo de serviço relativo ao período em que tenha estado preso ou suspenso, quando o processo não houver resultado pena disciplinar, ou esta se limitar à repreensão;

II - à contagem do período do afastamento que exceder do prazo da suspensão disciplinar aplicadas;

III - à contagem do período de prisão administrativa ou suspensão preventiva e ao pagamento do vencimento ou remuneração e de todas as vantagens do cargo, desde que reconhecida a sua inocência.

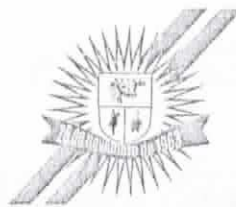
TÍTULO III

Do Processo Disciplinar e sua Revisão

**Art. 198º** - A autoridade que tiver ciência ou notícia de irregularidades no serviço público municipal é obrigado a determinar sua apuração imediata por meio de sindicância administrativa.

**Parágrafo Único** - A autoridade que determinar a instauração da sindicância fixada o prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias para a sua conclusão, prorrogáveis até no máximo 15 (quinze) dias à vista de representação motivada do sindicato.

**Art. 199º** - As sindicâncias serão abertas por portaria, em que se indiquem seu objeto e um funcionário ou comissão de 3 (três) funcionários para realizá-la.



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

§ 1º - Quando a sindicância houver de ser realizada por comissão, a portaria já designará o membro que deve secretariar os trabalhos.

§ 2º - Quando a sindicância houver de ser realizada apenas por um *sindicante*, este designará outro funcionário para secretar os trabalhos, mediante a aprovação do superior hierárquico do sindicato.

**Art. 200º** - O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicato de todas as pessoas envolvidas nos fatos bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas.

**Parágrafo Único** – Terminada a instrução da sindicância, a autoridade *sindicante* apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apurados infrações puníveis com as penas de demissão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

CAPÍTULO II  
Do Processo Administrativo

SECÇÃO I  
Disposições Gerais

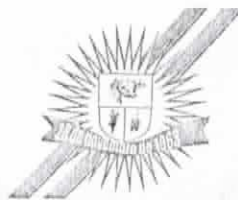
**Art. 201º** - As penas de demissão de funcionário, de cassação de aposentadoria ou de disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que assegure plena defesa ao processado.

**Art. 202º** - São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

SECÇÃO II  
Da Instrução do Processo Administrativo

**Art. 203º** - O processo administrativo será instaurado pela autoridade competente (art. 198) mediante portaria, em que especifique o seu objetivo e designe a autoridade processante.





Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Art. 204º** - O processo administrativo será realizado por uma comissão competente de 3 (três) funcionários na forma do artigo anterior.

§ 1º - A autoridade competente, no ato de designação da Comissão Processante, indicará um dos funcionários para, como seu presidente, dirigir-lhe os trabalhos.

§ 2º - O Presidente da Comissão designará um funcionário para secretariá-la, que poderá ser um dos membros da Comissão.

**Art. 205º** - A autoridade processante, sempre que necessário, dedicará todo o tempo aos trabalhos do processo quando seus membros, em tal caso, dispensados dos serviços na repartição, durante o curso das diligências e elaboração do relatório.

**Art. 206º** - O prazo para a realização do processo administrativo será de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta), mediante autorização da autoridade que determinou a sua instauração, e nos casos de força maior.

§ 1º - A autoridade processante, imediatamente a expediente de sua designação, dará início ao processo, determinando a citação pessoal do indiciado, a fim de que possa acompanhar todas as fases do processo, marcado dia para e tomada de seu depoimento.

§ 2º - Achando-se indiciado em lugar incerto, será citado por edital com prazo de 15 (quinze) dias.

§ 3º - Se o fundamento do processo for o abandono do cargo ou função, a autoridade processante fará divulgação de edital de chamamento pelo prazo de 15 (quinze) dias.

**Art. 207º** - A autoridade processante processará a todas as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, ocorrendo, quando preciso for, a técnicos ou peritos.

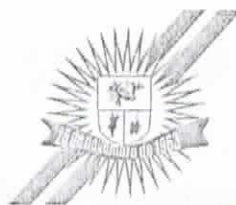
**Art. 208º** - Os atos, diligenciais, depoimentos e as informações técnicas ou perícias serão reduzidas a termo nos atos do processo.

§ 1º - Dispensar-se-á o termo, no caso de informações técnicas ou de perícia, se constar de laudo junto aos autos.

§ 2º - Os depoimentos testemunhais serão tomadas em audiência, sempre que possível, na presença do indiciado e de seu defensor, para tanto devidamente cientificados.

§ 3º - É facultado ao indiciado ou a seu defensor reperguntar as testemunhas, por intermédio do presidente, que poderá indeferir as perguntas que não tiverem conexão com a falta, considerando-se no termo as perguntas indeferidas.





Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

§ 4º - Quando a diligências requerer sigilo em defesa do interesse público, dela só se dará ciência ao indiciado depois de realizada.

**Art. 209º** - Se as irregularidades objeto do processo administrativo constituírem crime, a autoridade processante encaminhará cópia das peças necessárias ao órgão competente para instauração de inquérito policial.

SECÇÃO III  
Da defesa do Indicado

**Art. 210º** - A autoridade processante assegurará ao indicado todos os meios indispensáveis à sua defesa.

§ 1º - O indiciado poderá constituir procurador para tratar de sua defesa.

§ 2º - No caso de revelia, a autoridade processante designará, de ofício, um funcionário ou advogado que se incumba da defesa do indiciado revel.

**Art. 211º** - Tomado o depoimento do indiciado, nos termos do §1º do art. 204, terá ele vista do processo na repartição pelo prazo de 5 (cinco) dias, para preparar sua defesa prévia e requerer as provas que deseje produzir. Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 10 (dez) dias, após o depoimento do último deles.

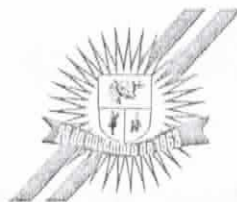
**Art. 212º** - Encerrada a instituição do processo, a autoridade processante abrirá vista dos autos ao indiciado ou seu defensor, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar suas razões de defesa final.

**Parágrafo Único** - A vista dos autos será dada na repartição, onde estiver funcionando a autoridade processante e sempre na presença de um funcionário devidamente autorizado.

SECÇÃO IV  
Da Decisão do Processo Administrativo

**Art. 213º** - Apresentada a defesa final do indiciado a autoridade processante apreciará todos os elementos do processo, apresentado o seu relatório, no qual proporá, justificadamente, a absolvição ou a punição do indicado, nesta última hipótese, a pena cabível e seu fundamento legal.

**Parágrafo Único** - O relatório de todos os elementos dos autos serão remetidos à autoridade que determinou a abertura do processo, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da apresentação da defesa final.



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

**Art. 214º** - A autoridade processante ficará a disposição da autoridade competente, até a decisão final do processo, para prestar qualquer esclarecimento julgado necessário.

**Art. 215º** - Recebidos os elementos, previsto no art., a autoridade que determinou a abertura do processo, apreciará as conclusões de autoridades processante, tomando as seguintes providências no prazo máximo de 5 (cinco) dias:

I – se discordar das conclusões do relatório, designará outra comissão ou autoridade para reexaminar o processo e, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, propor o que entender cabível, ratificando ou não o relatório;

II – se acolher as conclusões do relatório da autoridade processante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias:

a) aplicará a pena proposta, se for competente;

b) remeterá o processo ao Prefeito, com sua manifestação, para aplicação da pena sugerida, quando esta for de competência dessa autoridade.

**Art. 216º** - O Prefeito deverá proferir a decisão no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por mais 5 (cinco).

§ 1º - Se o processo não for decidido no prazo máximo deste artigo, o indiciado reassumirá automaticamente o exercício do cargo, aguardando ai o julgamento.

§ 2º - No caso de alcance ou malversação de dinheiro público, apurados nos autos, o afastamento se prolongará até a decisão final do processo administrativo.

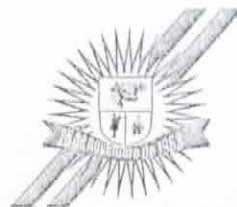
**Art. 217º** - Da decisão final do processo, são admitidos os recursos e pedidos de reconsideração previsto neste Estatuto.

**Art. 218º** - O funcionário só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão definitiva do processo administrativo a que estiver respondendo e desde que reconhecida sua inocência.

**Art. 219º** - A decisão definitiva proferida em processo administrativo só poderá ser alterada através do processo de Revisão.

CAPÍTULO III  
Da Revisão do Processo Disciplinar

**Art. 220º** - A qualquer tempo poderá ser requerida a revisão da sindicância



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo

ou do processo administrativo de que resultou a pena disciplinar, quando se aduzirem fatos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do requerente.

§ 1º - A revisão só poderá ser requerida pelo funcionário punido, salvo o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º - Tratando-se de funcionário falecido ou desaparecido, a revisão poderá ser requerida por qualquer pessoa constante do seu assentamento individual.

**Art. 221º** - Correrá a revisão em apenso aos autos do processo originário.

**Parágrafo Único** - Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de injustiça da penalidade.

**Art. 222º** - Na inicial, o requerente pedirá dia e hora para inquirição das testemunhas que arrolar.

**Art. 223º** - Concluído em cargo da comissão Provisória, em prazo que não excederá de 30 (trinta) dias, será o processo, com o respectivo relatório, encaminhado ao Prefeito que o julgara no prazo de 30 (trinta) dias.

**Art. 224º** - Julgada procedente a revisão, tornar-se-á sem efeito a penalidade imposta, restabelecendo-se todos os direitos por ela atingidos.

#### LIVRO IV

#### Os Servidores da Câmara Municipal e do Pessoal Temporário

#### CAPÍTULO I

#### Dos Servidores da Câmara Municipal

**Art. 225º** - As disposições deste Estatuto aplicam-se aos servidores da Câmara Municipal, com as modificações previstas neste capítulo.

**Art. 226º** - Compete ao Presidente da Câmara Municipal:

I - os atos do provimento dos cargos públicos da Câmara Municipal e dos de exoneração dos seus servidores;

II - a determinação de abertura de sindicância ou de processo administrativo, visando a apurar irregularidades verificadas no serviço administrativo da Câmara;